



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Anexo II - 2º Andar, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-7402 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.000323/2022-12

1. **OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa fornecedora de energia elétrica necessária ao funcionamento do Edifício Anexo I e II do Ministério da Educação, Via N2 em Brasília – DF, observadas as especificações técnicas previstas neste Projeto Básico.

2. **DO FUNDAMENTO LEGAL**

2.1. Contratação de empresa distribuidora de energia elétrica, por dispensa de licitação, com fulcro no artigo 24, inciso XXII, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, observadas as demais normas pertinentes, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 1000, de 07 de dezembro de 2021 - o uso dessa resolução não afasta a necessidade de cumprimento do disposto na regulação da ANEEL e NA LEGISLAÇÃO em especial na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor e estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, e na Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, e ainda os demais atos regulamentares emanados do Poder Concedente, na forma da Lei, que regem a espécie.

3. **DA JUSTIFICATIVA**

3.1. A empresa Neoenergia Distribuição Brasília S. A., única empresa responsável pela prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área do Distrito Federal, deverá ser contratada por dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso XXII, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, frente à necessidade de fornecimento de energia elétrica ao funcionamento do Edifício Anexo I e II do Ministério da Educação, Via N2 em Brasília – DF.

3.2. O atual contrato de fornecimento de energia elétrica - Contrato nº 148/2017 (Sei nº 0566170) expirar-se-á em 06/02/2022. Desta forma, faz-se necessária a presente contratação com vistas a evitar interrupção desse serviço público essencial ao funcionamento deste órgão.

4. **DA CARACTERÍSTICA DO FORNECIMENTO**

4.1. O fornecimento de energia elétrica à unidade consumidora deverá ser em corrente alternada trifásica, na frequência de 60 (sessenta) Hertz e tensão nominal entre fases de 13,8 kV, tensão de medição de 220 / 380 Volts observados os limites de variação estabelecidos no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica do Sistema Elétrico Nacional – PRODIST, aprovado pela Resolução ANEEL nº 1.000/2021 ou outra que vier substituí-la.

5. DO ENQUADRAMENTO

5.1. A unidade consumidora será enquadrada no Grupo, Subgrupo e Modalidade Tarifária a seguir:

Grupo	Subgrupo	Modalidade Tarifária
A	THS-AS	Horária Verde

5.2. A alteração do enquadramento pode ser solicitada desde que a modificação anterior tenha sido feita há mais de 12 (doze) últimos ciclos de faturamento; ou desde que o pedido seja apresentado em até 3 (três) ciclos completos de faturamento após a revisão tarifária desta Concessionária; ou ainda quando ocorrer alteração na demanda contratada ou na tensão de fornecimento que impliquem em novo enquadramento.

6. DA NOMENCLATURA TÉCNICA

6.1. Para perfeito entendimento e maior precisão da terminologia técnica usada neste Projeto Básico, fica, desde já, acertado o significado dos vocábulos e expressões técnicas usuais em fornecimento de energia elétrica, conforme a seguir relacionado e definido:

- a) AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA – ACR: segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos;
- b) AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE – ACL: Segmento do mercado no qual se realizam operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes de geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia elétrica, consumidores especiais e consumidores livres, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos;
- c) ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 9.427/96;
- d) CONSUMIDOR ESPECIAL: agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração enquadrados no §5º do art. 26 da Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para unidade consumidora ou unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e que não satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da lei nº 9074, de 7 de julho de 1995;
- e) CONSUMIDOR LIVRE: agente da CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica no AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE para unidades consumidoras que satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995;
- f) CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE: aquele cujas unidades consumidoras satisfazem, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995, porém não adquirem energia elétrica no AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE;

- g) DADOS DE MEDIÇÃO: São os valores de energia e demanda ativa e reativa em kWh (quilo-watt-hora), kW (quilo- watt) e kVarh (quilovolt-ampère-reactivo-hora), kVar (quilovolt-ampère-reactivo), respectivamente;
- h) ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO: valor em Reais (R\$) devido pelo uso das instalações de distribuição, calculado pelo produto da tarifa de uso pelos respectivos montantes de uso do sistema de distribuição e de energia contratados ou verificados;
- i) ENERGIA REATIVA: é a energia que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em kVarh (quilovolt-ampère-reactivo-hora);
- j) FATOR DE POTÊNCIA DE REFERÊNCIA: razão entre a energia elétrica ativa e a raiz quadrada da soma dos quadrados das energias elétricas ativa e reativa, consumidas no mesmo período especificado, tendo como referência o índice de 92% (noventa e dois por cento);
- k) INSTALAÇÕES DE CONEXÃO: Significam as instalações elétricas de propriedade do CONSUMIDOR, com a finalidade de interligar suas instalações aos SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO;
- l) MONTANTE DE USO: potência ativa média, integralizada em intervalos de 15 (quinze) minutos durante o período de faturamento, injetada ou requerida do sistema elétrico de distribuição pela geração ou carga, expressa em quilowatts (kW);
- m) MONTANTE DE USO CONTRATADO – MUSD: Significa o montante de uso contratado pelo CONSUMIDOR à DISTRIBUIDORA, pelo uso dos SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO;
- n) ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico, agente de direito privado previsto pela Lei nº 9.648, de 27/05/98, responsável pela coordenação e controle da operação dos Sistemas Interligados Sul/Sudeste/Centro-Oeste e Norte/Nordeste;
- o) PARTE: A DISTRIBUIDORA ou o CONSUMIDOR, estes referidos em conjunto como “PARTES”;
- p) PONTO DE ENTREGA: conexão do sistema elétrico da distribuidora com a unidade consumidora e situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a unidade consumidora, nos termos da regulamentação do setor elétrico aplicável;
- q) PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO: Conjunto de normas, critérios e requisitos técnicos para o planejamento, acesso, operação, medição e avaliação da qualidade da energia elétrica para os SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO, aprovados pela ANEEL;
- r) PROCEDIMENTOS DE REDE: Conjunto de normas, critérios e requisitos técnicos para o planejamento, acesso, operação, medição e avaliação da qualidade da energia elétrica aplicáveis à REDE BÁSICA, aprovados pela ANEEL;
- s) PROCEDIMENTOS OPERATIVOS: Conjunto de normas, critérios e requisitos técnicos para a implantação do acesso, uso, medição e operação do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO da DISTRIBUIDORA caracterizado pelo recebimento de energia elétrica no PONTO DE ENTREGA com medição individualizada.
- t) REDE BÁSICA: São as instalações pertencentes ao SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL, identificadas segundo regras e condições estabelecidas pela ANEEL;
- u) SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO: Instalações destinadas à distribuição de energia elétrica que compõe os ativos da área de concessão da DISTRIBUIDORA;

v) SISTEMA DE MEDIÇÃO DE FATURAMENTO – SMF: Sistema de medição composto pelo medidor principal e de retaguarda, os transformadores para instrumentos (transformadores de potencial e de corrente), canal de comunicação, painéis, cabos e todos os requisitos estabelecidos no documento intitulado Especificação Técnica das Medições para Faturamento, bem como dos sistemas de coleta dos dados de medição para faturamento;

w) SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL – SIN: Composto pelos sistemas de transmissão e de distribuição das diversas concessionárias de todas as regiões do país, com uso compartilhado por essas empresas, por onde transitam energias de diversas fontes e destinos, sistema esse sujeito à legislação pertinente, à regulamentação expedida pela ANEEL e, no que couber, à operação e coordenação do ONS;

x) UNIDADE CONSUMIDORA: conjunto de instalações e equipamentos elétricos de propriedade do CONSUMIDOR.

y) USUÁRIOS: todos os agentes; incluindo consumidores, geradores de energia, concessionários de serviço público de energia elétrica, os permissionários e os autorizados de serviços ou instalações de energia elétrica, conectados, direta ou indiretamente, ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO e que venham a fazer uso deste sistema por ciência e concordância formalizada da DISTRIBUIDORA.

7. DA DEMANDA CONTRATADA

7.1. O CONTRATADO deverá colocar à disposição do CONTRATANTE a seguinte demanda de potência:

DEMANDA CONTRATADA
1350 kW

7.2. Caso o CONTRATANTE necessite aumentar os MONTANTES DE USO CONTRATADOS com a CONTRATADA, deverá solicitar por escrito, previamente, para análise e definição das condições de atendimento, nos termos da Resolução Normativa vigente:

a) a disponibilidade nos SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO de propriedade da CONTRATADA para atender ao aumento solicitado pela CONTRATANTE;

b) a adimplência do CONTRATADA relativo ao presente CONTRATO;

c) à celebração de termo aditivo a este CONTRATO, no qual constarão os novos MONTANTES DE USO CONTRATADOS, pelos quais as PARTES se responsabilizarão.

7.3. A CONTRATADA deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da solicitação de aumento dos MONTANTES DE USO, informar ao CONTRATANTE as condições necessárias para esse atendimento.

7.4. A solicitação de redução dos MONTANTES DE USO contratados, limitada a uma redução no período de 12 (doze) meses, deve ser realizada com a antecedência mínima de:

a) 90 (noventa) dias, para os consumidores pertencentes ao subgrupo A4; ou

b) 180 (cento e oitenta) dias, para os consumidores pertencentes aos demais subgrupo.

7.5. A CONTRATADA deve ajustar o contrato vigente, a qualquer tempo, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, em razão da implementação de medidas de eficiência energética, assim como a instalação de micro ou minigeração distribuída, conforme regulamentação específica, que resultem em redução da demanda de potência e do consumo de energia elétrica ativa, comprováveis pela contratada, ressalvado o disposto no CONTRATO acerca do ressarcimento dos investimentos não amortizados durante a vigência do referido contrato.

7.6. Para a revisão dos montantes contratados quando da instalação de micro ou minigeração distribuída, a CONTRATANTE deverá informar na solicitação de acesso, a proposta com os novos valores a serem contratados, cujo atendimento se efetivará mediante celebração de aditivos contratuais.

7.7. A CONTRATANTE deve submeter previamente à distribuidora os projetos básico e executivo das medidas de eficiência energética a serem implementadas, com as justificativas técnicas devidas, etapas de implantação, resultados previstos, prazos, proposta para a revisão contratual e acompanhamento pela CONTRATADA.

7.8. No caso de renovação automática do CONTRATO, e desde que o CONTRATANTE não solicite formalmente a alteração das demandas definidas, o valor do MUSD – Montante de uso Contratado, a ser considerado na renovação será o vigente quando do término do CONTRATO.

8. DO PONTO DE ENTREGA

8.1. A energia elétrica a ser fornecida ao CONTRATANTE deverá ser entregue no ponto estabelecido pelo projeto, ou na subestação localizada no Edifício Anexo I e II do Ministério da Educação, Via N2 em Brasília – DF, na forma da legislação vigente.

8.2. A energia elétrica deve ser disponibilizada no PONTO DE ENTREGA em corrente alternada trifásica, frequência de 60 Hz, na tensão de fornecimento contratada, respeitando-se os MONTANTES DE USO CONTRATADOS.

8.3. Ocorrendo qualquer violação da CAPACIDADE DE CONEXÃO, as PARTES comprometem-se a avaliar a necessidade de implementar os ajustes técnicos necessários para adaptar as instalações envolvidas e atender ao novo valor de CAPACIDADE DE CONEXÃO.

8.4. Caso o CONTRATANTE tenha necessidade de alterar a CAPACIDADE DE CONEXÃO, um novo procedimento de acesso, conforme estabelecido nos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO deve ser instruído pelo CONTRATANTE perante a CONTRATADA, celebrando-se um termo aditivo ao contrato em vigor.

9. DAS CONDIÇÕES OPERACIONAIS

9.1. As PARTES se comprometem a seguir e respeitar os PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO, os Padrões Técnicos da Distribuidora, os PROCEDIMENTOS OPERATIVOS e o Acordo Operativo, além das regulamentações da ANEEL que estabeleçam procedimentos operacionais cabíveis ao CONTRATO.

9.2. É de responsabilidade da CONTRATADA e do CONTRATANTE realizar a operação e manutenção das INSTALAÇÕES DE CONEXÃO de sua propriedade.

9.3. Se uma PARTE provocar distúrbios ou danos nas instalações elétricas da outra PARTE, é facultado à PARTE prejudicada exigir da outra a correção do problema verificado.

9.4. Quando cabível, o detalhamento dos procedimentos para o relacionamento das PARTES referente às INSTALAÇÕES DE CONEXÃO é estabelecido no Acordo Operativo, observadas as diretrizes previstas nos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO.

9.5. As PARTES comprometem-se, quando necessário, a reavaliar as condições operativas das INSTALAÇÕES DE CONEXÃO, efetivando as adequações que se fizerem necessárias de forma a manter os padrões e requisitos definidos no CONTRATO.

9.6. As PARTES concordam que a responsabilidade pelas perturbações no SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO é estabelecida e comprovada através de um processo de análise de perturbação, conforme os PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO.

9.7. A CONTRATANTE deve atender às determinações da CONTRATADA, inclusive reduzindo ou desligando a carga ou transferindo a alimentação para o ramal de reserva, se existir, quando necessário à preservação da confiabilidade do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO.

9.8. O CONTRATANTE, na utilização do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, deve observar o limite no seu FATOR DE POTÊNCIA determinado na Resolução Normativa vigente.

10. **DA QUALIDADE E CONTINUIDADE**

10.1. A CONTRATADA deve manter serviços adequados de operação, conservação e manutenção de suas instalações.

10.2. A CONTRATADA, conforme legislação aplicável, obriga-se ainda, a manter os índices mínimos de qualidade relativos aos serviços de distribuição estabelecidos pela ANEEL até o montante de uso contratado.

10.3. Caso fique comprovado o não atendimento, pela CONTRATADA, dos referidos índices mínimos de qualidade, a mesma se sujeita ao pagamento das penalidades previstas na legislação aplicável.

10.4. Não será atribuída à CONTRATADA, por prejuízos que a CONTRATANTE eventualmente venha a sofrer em decorrência de interrupções ou deficiências provenientes de caso fortuito ou força maior.

10.5. O CONTRATANTE deve realizar a operação e manutenção de suas instalações de forma a não interferir na qualidade de fornecimento dos demais consumidores.

10.6. A CONTRATANTE deve manter os ajustes da proteção de suas instalações conforme disposições dos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO e, quando aplicáveis, dos PROCEDIMENTOS DE REDE.

11. **DAS MODIFICAÇÕES DAS CONEXÕES**

11.1. As PARTES se comprometem a avaliar permanentemente as condições operativas das INSTALAÇÕES DE CONEXÃO e ou PONTO DE ENTREGA objeto do CONTRATO, identificando as ADEQUAÇÕES que se fizerem necessárias, de forma a atender aos padrões e requisitos definidos nos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO atendendo às novas necessidades da CONTRATANTE e garantindo a confiabilidade e qualidade do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO.

11.2. Esse tipo de ADEQUAÇÃO e os requisitos técnicos necessários a sua realização serão objeto de aditivo contratual, que deverá contemplar todo o detalhamento técnico e comercial necessário a sua implementação. Quando da realização de ADEQUAÇÕES ou modificações nas INSTALAÇÕES DE CONEXÃO e ou PONTO DE ENTREGA, independentemente da propriedade destas, elas somente serão consideradas como disponíveis após a liberação pela CONTRATADA, segundo os requisitos e normas operativas dos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO, PROCEDIMENTOS OPERATIVOS e dos demais procedimentos que vierem a regular a conexão.

12. **DAS CONDIÇÕES DO SISTEMA DE MEDIÇÃO, FATURAMENTO E PAGAMENTO**

12.1. Para fins de medição da energia fornecida à CONTRATANTE, nos termos do CONTRATO, serão instalados pela CONTRATADA, no PONTO DE ENTREGA, os transformadores de instrumentos (Transformadores de Potência e Transformadores de Corrente) e medidor eletrônico de DEMANDA (kW), energia ativa (kWh) e energia reativa (kVArh). O medidor aqui referido será aferido pela CONTRATADA, cabendo ao CONTRATANTE o direito de acompanhar todas as aferições, e exigir os certificados de exatidão dos padrões de comparação. Poderá a CONTRATANTE, em qualquer tempo, solicitar aferições extras, desde que se responsabilize pelo pagamento das despesas correspondentes, caso o equipamento de medição seja encontrado dentro dos limites de erro permitidos pelas normas vigentes da ABNT.

12.2. A CONTRATADA procederá, mensalmente, a leitura dos medidores, o que será sempre efetuado abrangendo os registros de DEMANDA e energia compreendidos no intervalo correspondente ao seu ciclo mensal de leitura.

12.3. A integralização da Potência Ativa Medida será em intervalo de tempo de 15 (quinze) minutos, nos termos da Resolução Normativa vigente, podendo vir a ser alterado pela emissão de regulamentação superveniente da ANEEL.

12.4. A CONTRATANTE consentirá, a qualquer tempo, que representantes da CONTRATADA, devidamente credenciados, tenham acesso às instalações elétricas de sua propriedade, especialmente à sua subestação abaixadora, e fornecerá os dados e informações que forem solicitados sobre assuntos pertinentes ao funcionamento dos aparelhos e instalações que estejam ligados à rede elétrica.

12.5. No caso de migração da CONTRATANTE para o AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE - ACL, a CONTRATADA será responsável pela aquisição, instalação, operação e manutenção do medidor principal, do medidor de retaguarda, dos transformadores de instrumentos e do sistema de comunicação de dados, cabendo à CONTRATANTE a responsabilidade pela execução das obras civis e eventuais adequações das instalações associadas ao SISTEMA DE MEDIÇÃO DE FATURAMENTO – SMF, independentemente do PONTO DE ENTREGA da unidade consumidora.

12.6. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade técnica por todo o SISTEMA DE MEDIÇÃO DE FATURAMENTO – SMF, inclusive, quando cabível, perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

12.7. A CONTRATANTE poderá solicitar, por escrito, que a CONTRATADA forneça pulsos de energia e pulsos de sincronismo das demandas e segmentos horários (ponta/fora de ponta).

12.8. A CONTRATADA notificará a CONTRATANTE sobre qualquer interrupção no fornecimento de sinais, por ocasião de manutenção ou aferição dos equipamentos de medição que, a critério exclusivo da CONTRATADA, se façam necessários, para cumprir com suas obrigações de prestação de serviços.

12.9. A CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, com antecedência mínima de 72 horas, sobre qualquer intervenção que impacte no SISTEMA DE MEDIÇÃO DE FATURAMENTO – SMF, a exemplo do sistema de comunicação, dos equipamentos de medição e de alimentação auxiliar de energia, devendo a execução dos seguintes serviços ocorrer impreterivelmente sob a supervisão da CONTRATADA:

- a) Intervenção em TP (transformador de Potencial) e TC (Transformador de corrente) de medição;
- b) Intervenção / Parametrização de medidores;
- c) Substituição / Realocação de componentes do SMF;
- d) Substituição / Realocação de componentes do Sistema de Comunicação.

12.10. A CONTRATADA entregará mensalmente à CONTRATANTE uma Nota Fiscal/Fatura contendo os valores referentes aos ENCARGOS DE USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO, acrescidos da ultrapassagem e eventuais penalidades por violação do limite do FATOR DE POTÊNCIA, se for o caso, para a

liquidação na data do vencimento.

12.11. Eventuais divergências apontadas na cobrança não afetam os prazos e montantes para pagamento, devendo tal diferença, se houver, ser compensada na fatura subsequente.

12.12. Eventual pagamento a maior efetuado pela CONTRATANTE, em decorrência de erro ou omissão da CONTRATADA, enseja a restituição do valor cobrado indevidamente no ciclo de faturamento posterior, pela CONTRATADA, corrigido pelo IGP-M e acrescidos das penalidades previstas no próximo parágrafo.

12.13. O não pagamento da fatura em seu respectivo vencimento, sem prejuízo da legislação vigente, ensejará o pagamento, pela CONTRATANTE, de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da fatura, atualização monetária com base na variação do IGP-M e de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados “pró rata die” sobre as parcelas em atraso, acrescidas da multa, além de outras sobretaxas por atraso que sejam legalmente atribuíveis,” pró rata die”, e aplicáveis durante o período compreendido entre a data devida e a data do efetivo pagamento.

12.14. A CONTRATADA poderá suspender o USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO, objeto do CONTRATO, se a CONTRATANTE deixar de liquidar qualquer Nota Fiscal/Fatura, ou mesmo se as garantias apresentadas não se mostrarem eficazes, no prazo de 15 (quinze) dias após a data da comunicação, por escrito, como previsto na Resolução Normativa vigente.

13. DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO

13.1. A CONTRATADA poderá, a seu critério, suspender a prestação do serviço de uso dos SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO, de imediato, quando for constatada deficiência técnica ou de segurança na unidade consumidora que caracterize risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao funcionamento do sistema elétrico:

- a) A CONTRATANTE deixar de submeter previamente à apreciação da distribuidora o aumento da carga ou da geração instalada que exigir a elevação da potência injetada ou da potência demandada, quando caracterizado que o aumento de carga ou de geração prejudica o atendimento a outras unidades consumidoras;
- b) Utilização de prática, pela CONTRATANTE, de procedimento irregular no Sistema de Medição de Faturamento, quando não seja possível a verificação e regularização imediata do padrão técnico e de segurança pertinente.
- c) Observada a ocorrência da ausência de relação de consumo, contrato ou outorga para distribuição de energia elétrica, em conformidade ao que estabelecem a Resolução Normativa vigente;
- d) A CONTRATADA pode interromper o fornecimento, de forma imediata, quando constatada ligação clandestina que permita a utilização de energia elétrica sem relação de consumo;
- e) Quando constatado o fornecimento de energia elétrica a terceiros por aquele que não possua outorga federal para distribuição de energia elétrica, a contratada pode interromper, de forma imediata, a interligação correspondente, ou, havendo impossibilidade técnica, suspender o fornecimento da unidade consumidora da qual provenha a interligação.

13.2. Quando da ocorrência de quaisquer dos eventos listados acima, a CONTRATADA deverá notificar o CONTRATANTE apontando as irregularidades, concedendo-lhe um prazo para sanar tais irregularidades. Vencido o prazo concedido, sem que o CONTRATANTE tenha sanado as irregularidades apontadas, a CONTRATADA poderá suspender a prestação dos serviços de uso dos SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO.

14. DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

14.1. Uma controvérsia se inicia com a comunicação de uma PARTE à outra PARTE.

14.2. Nos 15 (quinze) dias úteis subsequentes à comunicação, as PARTES tentarão solucionar a controvérsia amigavelmente. Sendo que as PARTES serão representadas por um de seus diretores ou outro representante legal.

14.3. Caso as PARTES não cheguem a um acordo após o período de reuniões estipulado no item anterior, a controvérsia deverá ser submetida à ANEEL, como instância administrativa final, à qual compete dirimir questões do CONTRATO, de qualquer tipo e natureza, acompanhada de toda documentação e informação envolvendo a controvérsia.

15. DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. O CONTRATO poderá ser rescindido de pleno direito, a critério do CONTRATANTE, mediante comunicação prévia e expressa à CONTRATADA.

15.2. O encerramento Contratual antecipado implica, sem prejuízo de outras estabelecidas pelas normas vigentes, nas seguintes cobranças:

a) Valor correspondente aos faturamentos do MUSD contratado subsequentes à data prevista para o encerramento, verificados no momento da solicitação, limitados a 6 (seis) meses, para os POSTOS TARIFÁRIOS DE PONTA E FORA DE PONTA, quando aplicável; e

b) Valor correspondente ao faturamento dos montantes mínimos previstos na Resolução Normativa vigente pelos meses remanescentes além do limite fixado no item anterior, sendo que para a modalidade tarifária horária azul a cobrança deve ser realizada apenas para o posto tarifário fora de ponta.

15.3. A rescisão do CONTRATO, em qualquer hipótese, não libera as PARTES das obrigações devidas até a sua data e não afeta ou limita qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em pleno vigor e efeito após a data de rescisão ou que dela decorra.

15.4. O presente CONTRATO poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) Decurso do prazo de 2 (dois) ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade consumidora, desde que o consumidor seja notificado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, exceto nos casos comprovados de procedimentos irregulares ou de religação à revelia, praticados durante a suspensão;

b) Quando cabível, por desligamento da CONTRATANTE da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL n.º 376, de 25/08/2009, ou sucedânea;

15.5. O CONTRATO poderá ser rescindido de pleno direito por comum acordo entre as PARTES.

16. DAS PENALIDADES

16.1. As penalidades aplicáveis ao contratante se regerão pela Resolução normativa vigente da ANEEL que estabelece as disposições atualizadas e consolidadas, relativas às Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, a serem observadas na prestação e utilização do serviço público de energia elétrica, tanto pelas concessionárias e permissionárias quanto pelos consumidores.

16.2. As penalidades aplicáveis ao contratado/concessionários, permissionários, autorizados e demais agentes de instalações e serviços de energia elétrica, bem como às entidades responsáveis pela operação do sistema, pela comercialização de energia elétrica e pela gestão de recursos provenientes de

encargos setoriais, é regulada por Resoluções vigentes da ANEEL.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A fiscalização e o acompanhamento dos serviços serão exercidos por servidor a ser designado pela SAA/SE/MEC, conforme previsto no art. 67 da Lei nº 8666/93, a quem caberá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos, observadas as leis e regulamentos pertinentes.

17.2. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, a execução do aplicativo deste Projeto, estará sujeito à fiscalização pelo CONTRATANTE, no ato da execução, obrigando-se a CONTRATADA, a prestar todos os esclarecimentos necessários que lhe forem solicitados.

17.3. A existência da Fiscalização por parte da CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Projeto Básico por meio de servidor designado pela SAA/SE/MEC, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, efetuando as medições e pagamentos nas condições pactuadas.

18.2. Consentir, em qualquer tempo, que representantes da CONTRATADA, devidamente credenciados, tenham acesso às instalações elétricas de sua propriedade, e fornecer aos mesmos os dados e informações que vierem a ser solicitadas sobre assuntos pertinentes ao funcionamento dos aparelhos e instalações ligadas ao sistema elétrico.

18.3. Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

18.4. Verificar a regularidade fiscal da empresa antes do pagamento.

18.5. Efetuar os pagamentos na forma pactuada.

18.6. Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da Contratada que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Cumprir de forma integral o contrato oriundo do presente Projeto Básico, a legislação vigente, bem como desempenhar as atividades em conformidade com as Normas técnicas vigentes e as orientações e solicitações cabíveis deste Ministério.

19.2. Usar pessoal próprio, contratado sob a sua inteira responsabilidade, capacitado, orientado e treinado, para, sob sua supervisão direta, executar os serviços em condições de segurança, com qualidade.

19.3. Arcar com todos os custos e despesas decorrente da(s) contratação(ões), inclusive transporte e alimentação.

19.4. Prestar assessoria técnica, com orientações e assistências de interesse do MEC em serviços, projetos e atividades relacionadas ao objeto deste Projeto Básico.

19.5. Manter durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, em boas condições de higiene e segurança, portando crachás de identificações.

- 19.6. Manter os locais de trabalho sempre limpos, ficando a Contratada responsável pela destinação e/ou descarte dos materiais não passíveis de utilização.
- 19.7. Responder pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o MEC, em razão de acidentes ou de ação ou omissão dolosa ou culposa de seus funcionários ou de quem estiver credenciado a agir em seu nome.
- 19.8. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para o MEC, devendo, para tanto programar seus serviços junto com a fiscalização.
- 19.9. Fornecer Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, apropriados para o exercício das atividades profissionais, como exigidos pelas Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – NRs - MTE;
- 19.10. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as Normas de Segurança, às de prevenção de acidentes e de incêndio no desempenho das atividades;
- 19.11. Acatar todas as exigências do Ministério da Educação, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 19.12. Executar as tarefas por meio de mão-de-obra especializada, estando todos os funcionários da CONTRATADA, cientes das Normas Técnicas que regem a atividade.
- 19.13. Ter responsabilidade total sobre o fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI's) a seus funcionários e/ou representantes, necessários ao desempenho das atividades relacionadas ao objeto do contrato, bem como sobre a orientação e treinamento do uso e manuseio destes equipamentos.
- 19.14. Informar sobre todos os serviços a serem realizados no interior das dependências do Ministério da Educação ao fiscal do Contrato, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, exceto quando os serviços enquadrarem se como de caráter emergencial.
- 19.15. Designar preposto, que necessariamente deverá passar pelo aceite do Ministério da Educação, para representá-la e para gerenciar o cumprimento das cláusulas contratuais durante o período de vigência do mesmo.

20. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Projeto Básico.

21. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da empresa fornecedora com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições contidas neste Projeto Básico; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da execução do objeto.

22. **DO VALOR ESTIMADO**

- 22.1. A estimativa dos custos do contrato que será firmado com a concessionária de energia elétrica, com base neste Projeto Básico, foi calculada conforme metodologia a seguir:

22.2. Primeiramente foi calculada uma média das tarifas dos últimos meses do contrato vigente (Documentos Fiscais emitidos pela futura contratada nos últimos três meses: 2943429, 3013079, 3062083), já que elas sofrem uma pequena alteração mensal.

22.3. As formas de atualização de tarifa são:

a) **Revisão Tarifária Periódica** → É realizada a cada 4 anos, em média, com a participação dos consumidores em audiências públicas. O objetivo é definir um valor que cubra os custos da distribuidora para manter os ativos e operar o sistema. A ANEEL faz os cálculos aplicando uma metodologia que incentiva cada distribuidora a ser cada vez mais eficiente.

b) **Reajuste Tarifário Anual** → Atualiza os custos sobre os quais a empresa tem pouca ou nenhuma gestão. Além disso, os custos da distribuidora são corrigidos pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M), deduzido o chamado fator X (índice criado pela ANEEL que estima ganhos de produtividade do serviço para convertê-lo em modicidade tarifária). O valor final do reajuste leva em conta o custo da energia considerando a bandeira tarifária verde. Mas a cada mês pode-se variar para bandeiras amarela ou vermelha conforme condições de geração nas usinas.

c) **Revisão Tarifária Extraordinária** → Só acontece em casos excepcionais de justificado desequilíbrio econômico financeiro da distribuidora.

Média das tarifas dos meses 10, 11 e 12/2021.

Tarifas THS-AS Verde	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Média
Consumo Ponta	2,474874	2,5746662	2,6949825	2,58150757
Consumo Fora Ponta	0,6594406	0,7109721	0,7898378	0,7200835
Demanda	21,7184719	20,0299117	16,2734494	19,340611

22.4. Pegou-se a média de consumo do ano de 2019 (anterior ao período de pandemia) e multiplicamos pelos valores de média das tarifas atuais:

Média Consumo 2019	Ed Anexo	Tarifa	Valores em reais
Consumo Ponta	28807,58 kWh	2,58150757	R\$ 74.366,99
Consumo Fora Ponta	402596,58 kWh	0,7200835	R\$ 289.903,16
Demanda	1350 kW	19,340611	R\$ 26.109,82
Contribuição de Iluminação Pública			R\$ 800,00
Valor mensal			R\$ 391.179,98

22.5. Multiplicando esse valor por 12 meses, temos uma estimativa para esta contratação é de R\$ 4.694.159,71 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos) .

23. DA RENÚNCIA

23.1. A abstenção eventual de qualquer das partes no uso das faculdades que lhes são concedidas no presente Projeto Básico, não importará em renúncia relativa às novas oportunidades.

24. DA NOVAÇÃO

24.1. A tolerância entre as partes não implica em novação das obrigações assumidas no CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.

25. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

25.1. A CONTRATADA deverá aplicar recursos em Programas de Eficiência Energética, de acordo com o regulamento estabelecido pela ANEEL.

25.2. Pela Resolução Normativa 556/2013 – ANEEL as concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão realizar Chamada Pública para seleção de projetos, uma vez por ano, a partir de 24 (vinte e quatro) meses da data de publicação desta Resolução.

26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Projeto Básico, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2022, a cargo do Ministério da Educação, cujos programas de trabalho e elemento de despesas específicas constarão da respectiva Nota de Empenho.

26.2. As despesas nos anos subsequentes, em caso de renovação estarão submetidos à dotação orçamentária própria prevista para atendimento a presente finalidade, a ser consignada a Subsecretaria de Assuntos Administrativos do MEC, na Lei Orçamentária da União.

27. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

27.1. O contrato terá vigência de 12 (meses) a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos subsequentes mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e com vantagens à Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

27.2. Caso as PARTES decidam, de comum acordo, que a vigência deste contrato deve iniciar-se em data diversa da data de sua assinatura, deverão indicar no campo “INÍCIO DA VIGÊNCIA” a nova data combinada sendo certo que, neste caso, todos os prazos serão contados a partir da nova data indicada no referido.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Caso haja mudança na legislação específica de energia elétrica, que venha alterar ajustes feitos no CONTRATO a ser firmado entre as partes, serão tais alterações incorporadas ao mesmo, independentemente de transcrição neste instrumento.

28.2. Para os casos omissos no presente Projeto Básico e relativo às condições de fornecimento de energia elétrica prevalecerão às condições gerais das normas e disposições regulamentares em vigor, particularmente as estipuladas em portarias e ou resoluções de tarifas, cabendo, ainda, em última instância, recursos à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

28.3. O Foro para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente termo é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF.

28.4. O presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação:

Jakeline Gomes Fernandes – Integrante Técnico;

Clemente Pires Ferreira – Integrante Técnico;

Carla Maciel Damasceno – Integrante Requisitante;

28.5. Aprovo o Projeto Básico, pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade do serviço. Prepare-se o encaminhamento à Coordenação-Geral de Licitações e Contratos para continuidade dos trâmites.

VINÍCIUS PEREIRA ANDRADE

Coordenador-Geral de Recursos Logísticos



Documento assinado eletronicamente por **Jakeline Gomes Fernandes, Servidor(a)**, em 31/01/2022, às 21:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Maciel Damasceno, Coordenador(a)**, em 31/01/2022, às 21:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Pereira Andrade, Coordenador(a)-Geral**, em 01/02/2022, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Clemente Pires Ferreira, Servidor(a)**, em 03/02/2022, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3112890** e o código CRC **7544C5DE**.

Referência: Processo nº 23000.000323/2022-12

SEI nº 3112890